



Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
Nº. 02 – Ano I – 10/2012
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Você tem competência?
***Considerações em torno do conceito de
competência nos estudos linguísticos***

José Nilton Cruz Júnior
Mestrando do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade
Federal da Bahia– UFBA – Bahia - Brasil.
E-mail: jniltonjunior@gmail.com

Prof. Dr. Antonio Marcos Pereira
Professor Adjunto do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA –
Bahia - Brasil.
E-mail: antoniomarcospereira@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa tratar da noção de competência a partir do uso inaugural desses termos nos estudos linguísticos contemporâneos. Para tanto, far-se-á uma breve contextualização histórica, retomando os trabalhos dos linguistas norte-americanos Noam Chomsky e Dell Hymes em torno dessa noção. Este trabalho tenciona problematizar o impacto que a noção de competência gerou para os estudos mais recentes em Linguística, bem como o tratamento que autores da atualidade dão a essa noção. Além disso, busca-se estabelecer uma relação conceitual da noção de competência com a Linguística Aplicada e com questões relacionadas ao ensino aprendizagem de línguas.

Palavras-chave: competência, ensino de línguas, linguística aplicada.

INTRODUÇÃO

O conceito de competência dentro dos estudos linguísticos tem sido amplamente discutido e utilizado. Pesquisadores-docentes, sobretudo no campo de ensino de línguas, recorrem a tal conceito no intuito de elaborar estratégias que sejam eficientes para o desenvolvimento de seu exercício acadêmico. Alunos de graduação, primariamente, e pós-graduação também são expostos a esse conceito ao longo do curso de Letras/ Linguística e constroem um repertório mínimo- assim se espera- de compreensão acerca do que vem a ser a chamada *competência*.

Entretanto, algo que aparece com certa frequência na concepção desses agentes é o entendimento por vezes ambíguo do que, de fato, configura a competência, seja qual for a apropriação do conceito teórico desse termo tomada por quem o utiliza. Para muitos, a definição de competência parece ser algo ainda camuflado, indefinido e subjetivo. Alguns veem tal conceito sob uma perspectiva dicotômica: por um lado, a *competência linguística*, inaugurada e defendida por Noam Chomsky, a partir da década de 1960; por outro, a reformulação ou a tentativa de problematização desse conceito inaugural feita por Dell Hymes, na década de 1970, o que conhecemos por *competência comunicativa*.

Decidir a favor de uma perspectiva e não de outra implica na tomada de uma determinada postura do professor, bem como do pesquisador, em sua prática de ensino ou de pesquisa de modos senão diametralmente opostos, minimamente distintos. Atribuir um juízo de valor para qualquer uma dessas posturas requer bastante reflexão no que diz respeito às contribuições e empecilhos que essas duas principais perspectivas oferecem. Assim sendo, é apropriado que exploremos a noção de competência. Todos desejam possuir, em certa medida, alguma competência, inclusive os teóricos contemporâneos que trabalham com a linguagem. Mas o que é mesmo competência? Existe uma definição conceitual que dê conta dessa noção? Esse não é apenas um problema de cunho teórico, mas tem implicações diretas no modo como atuamos enquanto pesquisadores, discentes ou docentes.

1. UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Em meados da década de 1960, o linguista norte-americano Noam Chomsky lança a sua obra intitulada *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, onde o autor estabelece a dicotomia competência *versus* desempenho. Nessa obra, a competência é definida como “o conhecimento tácito que o falante-ouvinte possui da estrutura da sua língua”, conforme Oliveira (2007). Chomsky sugere que para que um indivíduo seja competente linguisticamente ele deve possuir conhecimento internalizado de estruturas gramaticais de seu sistema linguístico. Quanto ao desempenho, realização imperfeita da competência, Chomsky prefere não se ater com maior vagar, dando primazia, em seus trabalhos, à parte mais abstrata e teoricamente objetiva, isto é, “previsível”, da língua.

Justamente por tratar de questões cognitivas referentes a um conhecimento tácito internalizado da língua, Chomsky é interpretado, sob a perspectiva de alguns autores, tal qual Oliveira (2007), como um autor cujos trabalhos remontam teorias de cunho estruturalista, e por isso recebeu duras críticas quando do lançamento de sua proposta. Vale-se ressaltar, no entanto, que as contribuições de Chomsky para os estudos linguísticos emergem como divisores de águas nos estudos linguísticos modernos, uma vez que a partir de sua teoria gerativa transformacional houve grande inquietação na comunidade científica dos estudos linguísticos, de modo que isto favoreceu o surgimento de trabalhos posteriores que ora contestavam os postulados de Chomsky ora defendiam as ideias elaboradas por tal autor. No entanto, não nos deve passar despercebido a repercussão que a noção de competência linguística fomentou para a aparecimento de uma nova noção que ocuparia um lugar de destaque entre os linguistas e os pesquisadores da teoria da comunicação ou mesmo da etnografia da linguagem.

Logo no início da década de 1970, o linguista norte-americano Dell Hymes publica trabalhos em que discorda da postura chomskyana. Hymes afirma que a competência linguística, em si mesma, não é suficiente para a interação comunicativa, uma vez que “falar uma língua implica estar integrado a determinada comunidade de falantes, a um conjunto de práticas sociais relacionadas à comunicação entre pessoas”. (MORATO, 2008, p.42) Essa nova noção elaborada por Hymes não necessariamente desconsidera o postulado de Chomsky. Em

momento algum Hymes afirma que a competência linguística inexistente ou que deva ser execrada. Hymes apenas sugere que é necessário algo que transpasse o nível apenas intuitivo, levando em consideração que compartilhamos de uma comunidade de fala e que esta, por sua vez, estabelece normas que em certa medida regulam as estruturas gramaticais possíveis a serem realizadas por um falante.

Dessemelhante da teoria chomskyana, Hymes não pressupõe um falante ideal, vivendo em uma comunidade de fala ideal. As condições de produção são influenciadas por fatores externos à língua, que figuram na esfera social e não puramente linguística. Por esta razão, a competência comunicativa parece mais incrementar do que negar a competência linguística, no sentido de que as duas teorias dialogam e permanecem válidas e operacionalizáveis a partir de perspectivas distintas.

A partir de então, a noção de competência assume um lugar de destaque nos estudos linguísticos e passa a configurar um dos debates conceituais mais perenes em Linguística. Prova disso, é que ainda hoje muitos autores dedicam parte do seu trabalho para tratar do conceito do termo competência. Entretanto, é válido chamar a atenção para o fato de que tais autores, por vezes, discordam, em parte, do que compõe a competência- ou as competências- e do que exatamente sugerem essas competências em termos funcionais.

2. A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA NA SEARA DOS AUTORES CONTEMPORÂNEOS

A partir de agora, faremos uma exploração comparativa entre autores contemporâneos que se apropriaram dos conceitos de competência tanto de Chomsky quanto o de Hymes ou que dialogam com esses autores na tentativa de redescrever a noção de competência, que continua bastante presente nos estudos linguísticos hodiernos.

O primeiro caso que mencionaremos está presente no trabalho já mencionado de Morato (2008). A autora expõe em termos gerais a noção de competência referenciando as teorias de Chomsky e Hymes, aos quais aponta como sendo “habilidade intrínseca dos indivíduos” e “capacidade desenvolvida socialmente”,

respectivamente (MORATO, 2008, p.39). A autora parece entrar em contradição por considerar “essas duas posições antagonistas”, ao passo que mais ao longo do seu texto afirma que

[...] a noção de competência em Hymes parece-nos mais complementar do que propriamente alternativa em relação à de Chomsky, na medida em que aquela se acrescenta a esta ao focalizar a descrição das regras de uso social da linguagem (a competência comunicativa), e não apenas o conhecimento gramatical ou o sistema de regras internalizado dos falantes. (MORATO, 2008, p.45)

Morato ainda faz referência ao trabalho de Kerbrat-Orecchioni (1986) que, segundo a autora, “define competência como atitude ou capacidade do sujeito de controlar as regras de uso da língua em situações e gêneros variados” (MORATO, 2008, p.46). Essa competência é chamada de retórico-pragmática, embora pareça se aproximar em muito da competência comunicativa de Hymes. Além disso, Morato menciona, também nos trabalhos de Kerbrat-Orecchioni, uma chamada hipercompetência, composta de mais quatro competências distintas: linguística (responsável pela codificação e decodificação dos enunciados, portanto, distinta da competência linguística de Chomsky), enciclopédica, retórico-pragmática e lógica.

Luciano Amaral Oliveira (2007) classifica a competência linguística de Chomsky como sendo uma teoria estruturalista, “por se ater ao conhecimento gramatical, estrutural”, ao passo que confere à competência comunicativa um caráter sócio-cultural, estados emocionais e psicológicos. É interessante notar que Oliveira aponta para o fato de que Hymes refere-se também à habilidade de usar o conhecimento, e não somente o próprio conhecimento, para definir a competência comunicativa. Conforme a perspectiva desse autor, a competência à qual Chomsky se refere equivale ao conhecimento tácito da língua, no entanto, para Hymes, o conhecimento é apenas parte da competência. Portanto, a partir dos seus argumentos elaborados, o que Oliveira nos sugere é uma oposição conceitual entre as duas competências mencionadas.

Oliveira faz referência àqueles que se coadunaram ao pensamento hymesiano, os linguistas canadenses Merrill Swain e Michael Canale. Em acréscimo à ideia de competência comunicativa, esses autores, em especial Canale, propõem um aperfeiçoamento de conceito sugerindo mais quatro competências: competência gramatical que, assim como a competência linguística de Chomsky, refere-se aos

conhecimentos que um falante-ouvinte tem a respeito das regras e características da sua língua; competência sociolinguística, que se relaciona ao conhecimento das regras sócio-culturais do uso da língua; a competência discursiva que se refere às regras do discurso; competência estratégica, isto é, que seria a habilidade do falante de usar estratégias verbais e não verbais para compensar possíveis falhas nas demais competências mencionadas.

O linguista francês Daniel Coste (1997) apresenta a definição que o *Dicionário de Didática das Línguas* (GALISSON; COSTE, 1976) dá ao termo competência comunicativa:

[...] conhecimento representando uma contestação e uma extensão da noção chomskyana da competência. Hymes designa sob a expressão 'competência comunicativa' o conhecimento (prático e não necessariamente explicitado) das regras psicológicas, culturais e sociais que comandam a utilização da *fala* num quadro social. (Dictionnaire de didactique des langues *apud* COSTE, 1997, pág. 11)

Como podemos observar nessa perspectiva, a competência comunicativa não é vista como oposta à competência linguística, mas como uma postulação complementar, embora se afirme que aquela veio em contestação a esta. Isso provoca certo estranhamento, afinal de contas, o que é mais relevante nesse caso- o fato de termos uma noção de competência que contesta a outra, ou o fato de serem noções complementares? Coste ainda comenta sobre equívocos que tem surgido a respeito do uso da noção de competência comunicativa. Numa dessas investidas, o autor argumenta que existe uma tendência em se colocar tais competências, a linguística e a comunicativa, como sendo tão somente complementares, sem nenhuma outra relação de imbricação. Coste defende que, em se tratando de línguas naturais, não podemos desconsiderar o fato de que tanto a competência linguística quanto a competência comunicativa configuram uma relação óbvia de interdependência, visto que o falante-ouvinte, em termos pragmáticos de uso da língua, precisa ter conhecimento das leis gramaticais e respeitar os limites impostos tanto pelo sistema linguístico quanto pela situação de interação comunicativa. Assim sendo, o autor afirma que, partindo do princípio de que uma língua está vinculada a uma cultura, aprender uma língua é o mesmo que aprender uma competência comunicativa.

José Carlos P. Almeida Filho (2008) discute relações de ensino-aprendizagem em línguas estrangeiras e menciona que, no intuito de formar professores capacitados para a atividade docente, é necessário o desenvolvimento de cinco competências básicas: a competência espontânea ou explícita, uma denominada competência linguístico-comunicativa, competência teórica, a competência resultante sintética ou aplicada e a competência profissional/reflexiva. É notório o fato de que esse autor se apropria do vocábulo competência e atribui variadas adjetivações. Almeida Filho faz um esforço em enumerar competências a serem desenvolvidas tanto pelos docentes que trabalham com ensino de línguas, mas não formula nenhuma reflexão a respeito dessas competências. Dá-se, nesse caso, ênfase ao uso do termo competência como sendo um pressuposto do sucesso para os docentes que trabalham com o ensino de tais e quais línguas estrangeiras. Mas a noção de competência, a exemplo de autores já mencionados, aparece de forma enigmática, fragmentada e pluralizada.

Chama-nos também a atenção o fato de que os Parâmetros Curriculares Nacionais - doravante PCN- façam referência à competência, ao menos na parte dedicada ao ensino da Língua Portuguesa, no ensino fundamental e médio. Os PCN fazem alusão a uma competência discursiva como sendo questão central no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. No intuito de esclarecer o conceito dessa terminologia, o documento afirma em uma nota de rodapé que a competência discursiva é, naquele documento,

[...] compreendida como a capacidade de se produzir discursos- orais ou escritos- adequados às situações enunciativas em questão considerando todos os aspectos e decisões envolvidos nesse processo (Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, 1997, p. 29)

Nos “Objetivos Gerais de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental” os PCN afirmam que a passagem do aluno pelo ensino fundamental deve proporcionar-lhe o desenvolvimento progressivo de uma *competência*, sem qualquer adjetivação, mas aponta que esta competência deva permitir que aluno tenha aptidão quanto à resolução de problemas e “acesso aos bens culturais” e “participação plena no mundo letrado”. Fica claro como a noção de competência, embora em alguns

momentos figure com uma definição terminológica assumida, ganha um caráter impreciso e generalista.

Ainda considerando o que os PCN dizem a respeito da competência, ou competências, vale notar que na parte de Ensino de Língua Portuguesa no terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental esse documento faz referência novamente à competência discursiva, mas, se observarmos com maior cautela a definição que é dada, veremos de imediato que se trata conceitualmente da competência comunicativa hymesiana:

Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que aqui se chama de competência linguística e estilística. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Língua Portuguesa, 1998, p. 23)

A menção à competência linguística, que aqui não é posta como habilidade inata, não se refere à mesma postulada por Chomsky e a competência estilística, que seria a capacidade de adequar o estilo de fala às situações comunicacionais de forma conveniente ao contexto, parece integrar aquilo que concebemos como competência comunicativa. Ao término das considerações acerca do uso da noção de competência nos PCN, permanecem os seguintes questionamentos: se é demasiadamente imprecisa e generalista a noção de competência, para que nos serve? Justifica-se o fato de que esse documento use a noção de competência comunicativa hymesiana e lhe atribua outro termo- a competência estilística?

O que ainda nos deve chamar a atenção em relação aos PCN é que se trata de um documento de caráter oficial, recomentado pelo Ministério da Educação para abalizar os procedimentos dos docentes que cuidam do ensino de Português como Língua Materna. Portanto, imaginemos, trata-se de um aporte teórico-conceitual que se espalha em todo o território nacional, atingindo todos os docentes de discentes que estão numa situação formal e institucionalizada de ensino de Português. Portanto, há uma relevância significativa neste documento e dos conceitos de que trata, em virtude de seu caráter oficial e de sua expansão no contexto educacional brasileiro contemporâneo.

3. Linguística Aplicada e as Competências: intersecções

É sempre válido destacar que o termo e a noção de *competência* não são propriedades da Linguística Aplicada (LA). Essa área dos estudos linguísticos, por sua formação histórica, no entanto, apropriou-se desse conceito numa tentativa de elucidar as questões teóricas e práticas que giram em torno do ensino de línguas, sobretudo o ensino de línguas estrangeiras.

Almeida Filho (2007) aponta para o fato de que a LA já superou a marca de uma ciência ligada à aplicação de teorias da Linguística Tradicional cujo enfoque se estabelece nas metodologias de ensino de línguas estrangeiras. Embora em sua fundação a LA tenha sido marcada pelo ensino de línguas- impulsionado pelo contexto histórico da Guerra Fria, momento em que se fazia necessário estabelecer contato com aliados falantes de outras línguas- pode-se notar que a vocação atual predominante da LA gira em torno de questões que priorizam os aspectos sociais tendo a língua como o foco do problema.

Além disso, a LA constitui-se como uma disciplina interdisciplinar, ainda que possua seus próprios construtos teóricos. Moita Lopes (1998, p.114), a respeito dessa questão, postula que “o linguista aplicado, partindo de um problema com o qual as pessoas se deparam ao usar a linguagem na prática social e em um contexto de ação, procuram subsídios em várias disciplinas”. Portanto, pensar em LA contemporaneamente nos remete a temáticas que dialogam sistematicamente com a engrenagem social na qual estamos imersos como utentes de uma língua, seja ela qual for.

A partir dessas questões, a problemática do desenvolvimento de competências na relação ensino-aprendizagem não deve ser apenas visto como um problema de cunho teórico ou científico. A relação entre competência e ensino- e não só o ensino de línguas- é algo que se constrói dentro de um determinado contexto social e tem impacto direto naquilo que acontece dentro da sala de aula bem como naquilo que integra a realidade para além dos muros da escola.

A carga semântica que se faz em torno da noção de competência é uma questão que tem a ver com o social, com a formação identitária do sujeito e com o *ethos* construídos por esses sujeitos em seus diversos papéis sociais. Afinal, nenhum docente que trabalhe com ensino de língua desejará ser taxado pelos seus

alunos ou seus colegas e gestores de “incompetente”. Do mesmo modo, os discentes que estão sendo submetidos a uma disciplina cujo enfoque seja o ensino de língua- mas também em qualquer outra disciplina- não desejará ser visto como um sujeito “incompetente”, dado o estigma social que está latente no valor semântico dos vocábulos “competente” (aquele que está apto, habilitado a realizar algo e o faz com destreza) e “incompetente” (aquele que é incapaz, inapto, que não tem competência). Assim sendo, o desenvolvimento de uma competência ou, como preferimos, de um conjunto de competências na relação ensino-aprendizagem de línguas, maternas e estrangeiras, atinge questões sociais e de formação de identidade, bem como na autoestima dos indivíduos que participam desse processo.

Nesse sentido, a LA, preocupada com questões sociais tendo a língua como o foco central, dialoga com o tema aqui tratado. A competência linguística e a competência comunicativa, bem como as demais competências que surgem a partir dessas duas primeiras, são parte de uma engrenagem maior que se instala no ideal de ensino de língua materna e estrangeira e que, aqui no Brasil, atinge toda a classe docente e, conseqüentemente, a classe discente, tendo em vista ser uma das bases teóricas que fundamentam o texto dos PCN para o ensino de Língua Portuguesa em todas as escolas do território nacional.

CONCLUSÃO

O conceito de competência ainda tem muito valor para os estudos linguísticos, desde o seu surgimento na década de 1960 com os trabalhos de Chomsky e, já na década de 1970, com os trabalhos de Hymes até o momento contemporâneo. Muitos autores usam o termo em suas pesquisas acadêmicas, na prática docente e até mesmo para construir a sua concepção de língua. Os alunos de graduação e pós-graduação, em especial aqueles que têm uma inclinação para o ensino, também recorrem à noção de competência como uma ferramenta conceitual que lhes auxiliará no fazer pedagógico.

No entanto, o termo competência e suas inúmeras adjetivações, longe de ser um consenso entre tais agentes, tornam-se cada vez mais controverso, ambíguo e mal definido. Isso tem implicações diretas para a concepção do professor que está sendo formado. Deixamos aqui alguns questionamentos que são fruto de reflexões

sobre o conceito de competência na grande seara dos estudos linguísticos contemporâneos: Que tipo de competência é necessário dominar para ser um docente capaz de trabalhar com o ensino de língua estrangeira ou materna em sala de aula? Até que ponto o entendimento dessa noção teórica interfere nas práticas de ensino dos professores de línguas? Que tipo de competência, ou competências, buscaremos desenvolver na classe discente em situações de ensino aprendizagem?

A partir dessas considerações podemos tomar consciência de que a prática docente envolve também uma reflexão teórica daquilo que constitui o fazer pedagógico. Evidentemente, compreender a noção de competência não necessariamente nos tornará melhores docentes de língua materna ou estrangeira. Mas, a partir desse entendimento, seremos capazes pensar de modo mais eficaz sobre a nossa atuação, como discentes ou docentes pesquisadores.

Abstract: This article has an intention to address the notion of competence from the inaugural use of these terms in contemporary linguistic studies. To do so, shall be a brief historical contextualization, resuming the work of the American linguists Noam Chomsky and Dell Hymes around this notion. This work intends to discuss the impact that the notion of expertise generated to the most recent studies in Linguistics, as well as the treatment of today's authors has given this notion. In addition, we seek to establish a conceptual relationship of the concept of competence with the applied linguistics and teaching related issues with language learning.

Keywords: competence, language teaching, applied linguistics.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. Tornar-se professor de língua(s) na estrangeiridade domada. In: MENDES, E.; CASTRO, M. L. S. (Org) **Saberes em português: ensino e formação docente**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Linguística Aplicada: ensino de línguas e comunicação**. Campinas, SP: Pontes, 2007. 111 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Brasília (DF): Secretaria de Educação Fundamental, 1997. v. 2. 144 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quartos ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília (DF): Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 106 p.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. 2. Ed. Coimbra: Armenio Amado, 1978. 372 p.

COSTE, D. Leitura e competência comunicativa. In: GALVES, C.; ORLANDI, E. P.; OTONI, P. (Org). **Texto: leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 1997. p. 11-29

MOITA LOPES, L.P. da. *A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada?* In: SIGNORINI, I. ; CAVALCANTI, M. C. (Org). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**.Campinas: Mercado de letras, 1998, p.113-128.

MORATO, E. M. Da noção de competência no campo da linguística. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 39-65.

OLIVEIRA, L. A. O conceito de competência no ensino de línguas estrangeiras. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.37, p.61-74, jul./dez. 2007.